



CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 18, DE 2018

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2018, que "Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018".

Mensagem nº 310 de 2018, na origem
DOU de 06/06/2018

Protocolização na Presidência do SF: 06/06/2018
Prazo no Congresso: 05/07/2018

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 07/06/2018



[Página da matéria](#)

DISPOSITIVOS VETADOS

- § 3º do art. 81 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, com a redação dada pelo art. 1º do projeto

Mensagem nº 310

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7, de 2018 - CN, que “Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018”.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 81, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, alterado pelo art. 1º do projeto

“§ 3º No caso das despesas administrativas a que se refere o § 1º correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, quando se tratar de programação corrente de que trata o § 9º do art. 166 da Constituição Federal, a dedução será limitada a 4,5% do valor repassado ao conveniente, devendo o excedente correr à conta de dotação própria do órgão concedente.”

Razões do veto

“As despesas administrativas, decorrentes das transferências de emendas individuais realizadas por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais, ficariam pela propositura limitadas a 4,5% do valor repassado, sendo o excedente obrigatoriamente custeado pela dotação própria do órgão concedente. A medida poderia acarretar aumento de despesa aos órgãos, com consequente efeito negativo sobre as contas públicas, ou mesmo inviabilizar a execução dos projetos. Ademais, não foi realizado o devido dimensionamento do impacto orçamentário-financeiro e o atendimento dos demais condicionantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de junho de 2018.

Michel Temer

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2018*

Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017,
que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração
e execução da Lei Orçamentária de 2018.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 81.

.....
§ 3º No caso das despesas administrativas a que se refere o § 1º
correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências,
quando se tratar de programação decorrente de que trata o § 9º do
art. 166 da Constituição Federal, a dedução será limitada a 4,5% do valor
repassado ao conveniente, devendo o excedente correr à conta de dotação
própria do órgão concedente.” (NR)

“Art. 98.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** terá os limites orçamentários
correspondentes discriminados por Poder, Ministério Público da União e
Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no
art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com:

.....
§ 1º-A. Nas hipóteses do inciso III do § 1º, o anexo a que se refere
o **caput** somente conterà autorização quando amparada por proposição
cuja tramitação tenha sido iniciada no Congresso Nacional até 31 de
agosto de 2017.

.....
§ 11.

.....
VI - aos cargos em comissão e às funções de confiança.
.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

* Dispositivo vetado em destaque